

SOCIEDADE, SUICÍDIO E ESCOLA: Reflexões Necessárias

Angela Michele Suave¹ , Lindamar Alves Faermann¹ 
Ana Paula Lemos Oliveira¹ , Débora Inácia Ribeiro¹ 

RESUMO

Discute-se neste artigo o suicídio como produto social, ultrapassando análises reducionistas vinculadas a questões meramente fisiológicas e emocionais. Considerado um grave problema de saúde pública, o suicídio ocupa hoje a segunda principal causa de mortes de adolescentes e jovens no mundo, o que requer a urgência de serviços e de políticas públicas para enfrentá-lo, além de esforços do conjunto da sociedade para responder a esse fenômeno que tem preocupado setores da sociedade, instituições e pesquisadores em geral. Para a construção deste artigo utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental com emprego da revisão integrativa, com o objetivo de sistematizar e analisar textos que versam sobre a temática. Como forma de delimitar o tema e identificar sua aproximação com a realidade escolar, uma vez que esse lócus concentra um público de alto risco ao suicídio, buscou-se levantar como o suicídio tem sido abordado nas escolas. Na processualidade analítica, discutem-se os reflexos da sociedade na ocorrência desse fenômeno e o lugar e os desafios da saúde mental no tocante ao suicídio, além da necessidade de proposituras políticas que tratem do fenômeno como uma necessidade premente ao momento contemporâneo.

Palavras-chave: Suicídio. Prevenção. Saúde Pública. Políticas Públicas. Escola.

SOCIETY, SUICIDE AND SCHOOL: Necessary Reflections

ABSTRACT

Suicide as a social product is discussed in this article, going beyond reductionist analyzes linked to purely physiological and emotional issues. Considered a serious public health problem, suicide is now the second leading cause of death among adolescents and young people in the world, which requires the urgency of services and public policies to face it, in addition to efforts by society as a whole to respond to this phenomenon that has concerned sectors of society, institutions and researchers in general. For the construction of this article, bibliographic and documentary research was used applying integrative review, in order to systematize and analyze texts that deal with the theme. As a way of delimiting the theme and identifying its approach to the school reality, since this locus concentrates a public at high risk for suicide, we sought to raise how suicide has been approached in schools. In the analytical process, the reflections of society on the occurrence of this phenomenon are discussed, as well as the place and challenges of mental health with regard to suicide, in addition to the need for political proposals that deal with the phenomenon as a pressing need at the contemporary moment.

Keywords: Suicide. Prevention. Public health. Public Policies. School.

¹ Universidade de Taubaté

Autor Correspondente: Angela Michele Suave

E-mail: michele.suave@unitau.br

Recebido em 23 de Maio de 2023 | Aceito em 27 de Julho de 2023.

INTRODUÇÃO

Embora seja considerado um grave problema de saúde pública, o suicídio não é um tema efetivamente debatido nos círculos sociais e institucionais. Até o ano de 2013, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) se reuniu na 66ª Assembleia Mundial de Saúde, não havia uma política de prevenção do suicídio por parte dos governos e das instâncias normativas de saúde na maioria dos países do mundo. Naquela ocasião, a OMS adotou seu primeiro plano de ação com enfoque na saúde mental, contemplando a prevenção do suicídio como uma de suas prioridades (OMS, 2014). A despeito dos esforços empreendidos pela OMS e pelas agências de saúde de diversos países a partir de então, o estigma que envolve o tema e a persistente omissão dos setores públicos quanto aos investimentos em saúde mental ainda se impõem, perpetuando silenciamentos que dificultam a discussão pública, além de haver ainda negligência estatal que obstrui ações de prevenção e enfrentamento.

Dentre os estigmas que o atravessam, há de se destacar que ao longo dos séculos o suicídio tem sido considerado, notadamente sob a égide da tradição religiosa, um pecado imperdoável, dessa forma, falar sobre o tema produz medo, culpa e vergonha (ABP, 2014).

Mesmo diante da expansão do fenômeno, ainda no século XXI subsistem muitas barreiras que dificultam o enfrentamento do problema, tais como, a insuficiência de políticas públicas, a dificuldade de uma pessoa com ideação suicida buscar ajuda, a falta de conhecimentos adequados sobre o tema, a escassez de suportes e de profissionais habilitados para atender à demanda, a concepção equivocada de que o suicídio não é um risco real e ainda a marginalização e os tabus que o envolvem (ABP, 2014).

Considerando essa disposição social e histórica em favor do silenciamento sobre o tema do suicídio, compreende-se necessário seguir o movimento oposto, em favor de sua ampla discussão, com vistas ao alargamento de conhecimentos e à construção de serviços públicos efetivos de prevenção e posvenção.¹

Se, por um lado, constata-se o silenciamento como resposta mais frequente mediante a perplexidade do suicídio, por outro, os números não silenciam. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde de 2014, a cada ano, mais de 800 mil pessoas são levadas a óbito em razão do suicídio. A população jovem se destaca como a população de risco. Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP, 2014), o suicídio de adolescentes e jovens vem aumentando no Brasil e no mundo, chegando a representar, em nível mundial, a segunda principal causa de mortalidade entre os jovens de 15 a 29 anos, superada apenas pelas mortes por acidente de trânsito (OMS, 2014).

Conforme Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2019), entre 2011 e 2017, o suicídio representou 6% das mortes de jovens, havendo um acréscimo de 10% nos óbitos por suicídio no Brasil, para essa faixa etária.

De acordo com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP, 2014), o suicídio é um fenômeno complexo, que envolve dinâmicas sociais e culturais, fatores psicológicos e biológicos, bem como questões econômicas e ambientais. Considerando as questões pessoais do indivíduo, Moreira e Bastos (2015, p. 446) compreendem o comportamento suicida como “todo e qualquer ato por meio do qual uma pessoa causa lesão a si própria, independente do grau de letalidade” (Moreira; Bastos, 2015, p. 446). Os autores classificam o comportamento suicida em três categorias: ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado.

1 O termo posvenção refere-se às ações de intervenção posteriores a um suicídio. Além de ser uma medida de atenção e apoio aos familiares e amigos que perderam um ente querido em decorrência do suicídio, a posvenção também é reconhecida como forma de prevenção, uma vez que ter um familiar ou amigo próximo que cometeu suicídio é considerado também como fator de risco, sendo este minimizado pelas ações de posvenção.

A ideia suicida se refere a pensamentos autodestrutivos, ideias, desejos e atitudes com potencial de causar dano a si mesmo. Moreira e Bastos (2015) consideram que não é anormal a ocorrência de pensamentos suicidas na juventude, mas a intensidade, a frequência e o contexto desses pensamentos podem fornecer indicativos de patologia e de sofrimento psíquico, revelando se existe, de fato, uma crise suicida. A tentativa de suicídio consiste na ação de causar dano a si mesmo, mas não de maneira letal (Moreira; Bastos, 2015). Trata-se de um sinal de atenção importante, pois indica risco real da ocorrência de novas tentativas. O suicídio, por fim, é o ato consumado auto infligido e letal. Moreira e Bastos (2015) ressaltam que o indivíduo suicida age com intenção consciente de morrer.

As motivações para o suicídio são variadas e complexas, incluindo impulsividade, desesperança, abuso de substâncias, problemas emocionais, sociais e familiares, doença mental, negligência, abuso físico e sexual na infância, entre outros fatores que o desencadeiam.

Considerando que os adolescentes e jovens apresentam maior vulnerabilidade e risco para o suicídio, aponta-se a relevância da discussão desse tema nos ambientes de circulação desses grupos. Grande parcela desse público encontra-se em fase de escolarização, sendo oportuno investigar como o tema do suicídio tem penetrado as instituições de ensino.

Do ponto de vista metodológico, buscou-se por meio da revisão integrativa reunir e analisar a ocorrência dos temas “suicídio” e “escola” na publicação científica atual. Para a obtenção dos resultados foi estabelecido o seguinte trajeto: elaboração da pergunta norteadora, a saber, “como o tema do suicídio tem sido abordado nas escolas brasileiras?”; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão do material selecionado; definição de critérios de análise dos textos selecionados; avaliação crítica e interpretação dos resultados, tendo em vista a questão norteadora da pesquisa (Souza, Silva e Carvalho, 2010).

A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). O recorte temporal foi de cinco anos – de 2015 a 2019. Os descritores utilizados foram “suicídio” e “escola”. Foram incluídos na análise qualitativa apenas os estudos que abordavam o tema do suicídio relacionando-o à discussão desse fenômeno no ambiente escolar.

Os critérios para análise quantitativa dos artigos foram: ano de publicação; revista/periódico; idioma (do título); se a pesquisa indica o suicídio como tema de discussão na escola. Os critérios para análise quantitativa das teses e dissertações foram: ano de publicação; instituição de ensino; tipo de trabalho (dissertação ou tese); área de conhecimento; menção à penetração do tema suicídio nas instituições de ensino; menção à importância do debate público sobre o tema suicídio.

Realizou-se uma análise numérica dos artigos, dissertações e teses, de acordo com os descritores e seguindo o recorte temporal de 2015 a 2019. No Portal de Periódicos da CAPES foram encontrados 177 artigos e na SciELO, 10 artigos; na BDTD, foram encontrados 49 trabalhos, sendo 13 teses e 36 dissertações.

A análise qualitativa buscou identificar como o tema do suicídio é abordado nas escolas. Para proceder a essa análise todos os artigos, teses e dissertações selecionados foram lidos na íntegra, com especial atenção aos objetivos da pesquisa, método e resultados.

1. O SUICÍDIO COMO PRODUTO SOCIAL

Com base na literatura estudada compreende-se o suicídio como um fenômeno multicausal, que abarca fatores sociais, culturais, ambientais, biológicos e psicológicos. Assim, por ser resultado de uma interação complexa de diferentes fatores apresenta-se como uma problemática de difícil enfrentamento. Em termos gerais o suicídio, define-se como um “ato deliberado, intencional, de causar morte a si mesmo; iniciado e executado por uma pessoa que tem que tem clara noção ou forte expectativa de que o desfecho seja fatal e resulte em sua própria morte” (Bertolote, 2012, p.21). Contudo, embora tal definição evidencie o aspecto individual e subjetivo no processo do autoextermínio, não se trata de um simples ato de foro íntimo, mas a relação cruel de dores psíquicas e expressões da questão social.

Dados da Organização Mundial de Saúde (2016) indicam que o problema do suicídio é mais grave em países subdesenvolvidos onde predomina a violência, o desemprego, a falta de perspectiva de vida, a precariedade de políticas públicas, além de outros aspectos como pressão social e rigidez educacional.

A Guiana ocupa o 1º lugar na lista do ranking de suicídios no mundo, seguida da Coreia do Norte e do Sul, Sri Lanka, Lituânia, Suriname, Moçambique, Tanzânia, Nepal e Cazaquistão². Neste sentido, é preciso considerar o suicídio como um produto social, resultado das relações constituídas na sociedade e agravadas pelo modo de produção capitalista. Segundo Paim,

Na realidade, as iniquidades sociais constituem a essência das formas de produção e reprodução social nas cidades sob o capitalismo, tal como revelam diversos estudos sobre saúde e condições de vida. A própria constituição do espaço urbano, por sua vez, indica certos determinantes históricos e estruturais que conformam a distribuição espacial das populações, segundo condições de vida, e ajuda a analisar a situação de saúde e a explicar as desigualdades em saúde (Paim, 2006, p.63)

Portanto, sob a ótica da saúde coletiva o suicídio deve ser analisado em sua relação com a totalidade da vida, considerando a interdependência dos fatores sociais e biológicos no processo saúde-doença, em oposição à visão positivista e mecanicista, que considera a saúde como mera ausência de doença e entende o suicídio como fraqueza e/ou problema pessoal do indivíduo.

Nessa direção, a abordagem que se efetua considera a permanente contradição entre capital e trabalho, uma vez que a saúde dos sujeitos depende, sobretudo, das suas condições de vida e formas de sociabilidade. Os diversos aspectos da organização, da divisão e das relações no trabalho, bem como os tipos de relações estabelecidas na sociedade podem levar à fragilização ou vitalidade da saúde dos sujeitos em diferentes realidades sociais.

A reflexão do suicídio como um produto social é anterior ao surgimento da própria saúde coletiva nos anos de 1940 nos EUA. O livro *“O Suicídio”*, de Karl Marx, publicado no ano de 1846, analisa esse fenômeno como manifestação direta da estrutura social. O que chama a atenção do autor diante do suicídio não é a temática em si, mas o modo de produção da vida na sociedade capitalista e como esse fenômeno se inscreve nesse contexto.

O livro é resultado de anotações feitas por Marx da leitura das memórias de Jacques Peuchet, um arquivista da polícia francesa, sobre casos de autoextermínio. Ao analisar esses casos, Marx (2006) mostra que as razões do suicídio estavam relacionadas, sobretudo ao processo de opressão vigente na sociedade capitalista. Dentre esses casos, três se referiam a suicídios envolvendo mulheres. Diante disso, o autor evidencia que o patriarcado e o machismo foram fatores predominantes nesse processo, levando as mulheres a tirarem suas próprias vidas para fugir das imposições sociais onde eram tratadas como coisas e propriedade do homem.

2 Fonte: <https://www.megacurioso.com.br/politica/91732-os-10-paises-com-as-maiores-taxas-de-suicidio-do-mundo.htm>.

Logo, Marx (2006) entendia o suicídio como resultado de uma sociedade doente, cujo sistema requer uma transformação radical para responder às questões econômicas e sociais e ao mesmo tempo combater a opressão e o mal-estar dos indivíduos, evidenciando as angústias humanas mediadas pelas relações capitalistas. Neste livro o autor já alertava para o caráter complexo e multifacetário do suicídio, que segundo ele:

(...) deve ser considerado um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade; pois, na época da paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico. A prostituição e o latrocínio aumentam, então, na mesma proporção. Embora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como entre os artistas e os políticos. A diversidade das suas causas parece escapar à censura uniforme e insensível dos moralistas. (Marx, 2006, p. 24)

Resguardada as diferenciações³ teóricas e analíticas, Émile Durkheim (2008), debruça-se também sobre a temática do suicídio apresentando um estudo sobre os tipos de suicídio e as causas sociais que o envolvem, sinalizando a influência do contexto social e cultural nos casos de autoextermínio. Em sua obra “O suicídio”, escrita em 1897 Durkheim busca identificar a associação entre religião, crises econômicas, relações familiares e suicídio. O autor compreendia que quanto mais coesão social (consenso e harmonia), menor seriam as taxas de suicídio na sociedade, por isso segundo ele era necessário encontrar meios para “fazer esses órgãos que ainda se chocam em movimentos discordantes concorrerem harmoniosamente, e introduzir em suas relações mais justiça, atenuando cada vez mais essas desigualdades externas que são a fonte do mal” (Durkheim, 2008, p. 432).

Frente ao exposto, fica evidente a impossibilidade de uma fragmentação arbitrária entre o modo de produção da vida social e a vida privada do sujeito (construção de sua identidade, subjetividade, valores, aspirações, comportamentos, etc...). Portanto, não se trata de polos antagônicos, mas dimensões essencialmente articuladas e influenciadas pela forma particular que o modo de produção assume em diferentes épocas e contextos.

Nestes termos o suicídio deve ser analisado em sua complexidade e historicidade, para não se cair no reducionismo biológico e/ou psicológico (tese amplamente encontrada em diferentes pesquisas e produções) onde alguns transtornos mentais, notadamente a depressão é tida como causa exclusiva do suicídio. Embora esse seja um aspecto preponderante nos casos de suicídio, visto que os dados da Organização Mundial de Saúde revelam que “90% dos indivíduos que puseram fim às suas vidas cometendo suicídio tinham alguma perturbação mental e que, na altura, 60% deles estavam deprimidos” (OMS, 2006, p.40), é essencial considerar que as doenças não estão descoladas das determinações estruturais da sociedade, portanto, elas têm caráter histórico social. Nas palavras de Paim e Filho (2014, p.35), as necessidades de saúde “não são redutíveis a problemas de saúde, pois podem envolver as condições necessárias para o gozo da saúde, como alimentação, abrigo, segurança, afeto, educação, cultura, inclusive os determinantes socioambientais, exigindo ação intersectorial”

Estudos (Lavall, 2019; Melo, 2015; Paim e Filho, 2014; Paim, 2006) ainda revelam que o tipo de sociedade baseada no individualismo, hedonismo e consumismo somada aos apelos midiáticos e as pressões envolvendo trabalho, estudo e formação têm corroborado na ampliação das doenças e sofrimentos psíquicos.

Esse processo tem um efeito ainda mais devastador junto aos adolescentes e jovens que estão entre os grupos de maior risco de suicídio, pelas próprias características da fase vivenciada que abrange imaturi-

3 Émile Durkheim - diferentemente de Marx - não propunha a transformação do modo de produção capitalista como forma de superação do suicídio. Para ele era preciso implementar reformas na sociedade e em suas instituições para garantir a coesão social e o bom funcionamento da sociedade.

dade e vulnerabilidade no campo dos pensamentos, sentimentos e ações. Simões (2018) alerta ainda sobre o impacto produzido ininterruptamente pelas redes sociais na vida dos adolescentes e jovens. Segundo a autora, estamos diante de uma incrível geração de fotos sorridentes e travesseiros encharcados.

É complicado tentar compreender essas tragédias. Porém, é claro perceber que vivemos tempos difíceis. Tempos em que, além da necessidade inerente à juventude de encontrar uma identidade que a faça se sentir incluída e aceita, ainda há a corrida pelo melhor status nas redes sociais, levando essa geração, ainda em formação, a comparar seu dia a dia (tão modesto, real e perfeitamente normal) com a demonstração exagerada de felicidade editada e “photoshopada”. Através de filtros e edições, é exigido um bem-estar irreal, inalcançável e muito plastificado. (Simões, 2018. n.p)

O que é demonstrado é o “retrato” de uma pseudo-vida e não a própria vida o que gera frustração ao sujeito, já que essa fotografia não encontra eco no cotidiano concreto. Ademais, o prazer pessoal torna-se objetivo fundante desse tipo de sociabilidade, já que a primeira ordem é olhar para si mesmo. Na medida em que o sentido da vida passa a ser a aquisição de coisas/mercadorias, sendo projetada em uma felicidade ou bem-estar ful time o não alcance desse processo dificulta a aceitação e o próprio enfrentamento da dinâmica que compõe a vida do sujeito.

Ajudamos a construir uma geração despreparada para o mundo real à medida que autorizamos o fascínio por vidas editadas, em que as frustrações, tristezas e dificuldades ficam do lado de fora, criando uma fantasia de que ter problemas e contrariedades não é normal e deve ser combatido a todo custo. Ninguém é cem por cento bem-resolvido. Em um momento ou outro, cada um de nós enfrenta suas próprias batalhas, seus próprios monstros e fantasmas. Acreditar que é possível viver sem tédio, contrariedade, aborrecimento e insatisfação produz ainda mais descontentamento, e gera indivíduos ressentidos com a realidade e incapazes de enfrentar frustrações. (Simões, 2018. n.p)

A naturalização da prática de exposição centrada em imagens bonitas alegres e de sucesso – condizentes ao valor e ao padrão estético da sociedade capitalista – sem a devida crítica e reflexão, contribui com a perspectiva de falseamento da realidade. Sofrer e fracassar faz parte da existência humana. É processo inclusive necessário para o desenvolvimento social e emocional dos sujeitos.

A perspectiva projetada na sociedade contemporânea de uma vida indolor, onde o sofrimento deve ser retirado do horizonte é um risco sem precedentes para a formação do sujeito e para a construção de seus valores, de sua identidade e personalidade, e conseqüentemente um disparador de doenças. Com esses mecanismos discursivos ocorre uma tentativa de normatização das doenças e culpabilização dos sujeitos por suas mazelas, excluindo-se os determinantes sociais desse processo, desdobrando-se no que alguns autores denominam de patologização social, ou seja, transformar em doença o que não é enfermidade clínica ou que tem origem na forma de vida em sociedade. Como bem explica Netto:

Óbvio que esta possibilidade tem significância: a individualização dos problemas sociais, sua remissão à problemática singular (“psicológica”) dos sujeitos por eles afetados, é como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da “questão social” na idade do monopólio; ela permite – com todas as conseqüências que daí decorrem – psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo (Netto, 2005, p. 41)

Face às argumentações evidenciadas cabe analisar o suicídio como um produto social. As drogas, os conflitos familiares, as questões relacionadas à orientação sexual, entre outros fatores, podem gerar adoecimento psíquico e mental e impulsionar ideações suicidas. Relembrando Martín-Baró (2009), que o desejo de morte latente nessa sociedade só pode ser enfrentado com a transformação desse sistema opressivo e explorador mediante a liberdade e emancipação dos sujeitos.

2. SUICÍDIO E ESCOLA: PREVENÇÃO E DADOS SOBRE A TEMÁTICA COM BASE NA REVISÃO INTEGRATIVA

Os adolescentes são indivíduos vulneráveis ao comportamento suicida diante das características e crises próprias de seu contexto de desenvolvimento biopsicossocial. Conforme ressalta o Guia Intersetorial de Prevenção do comportamento Suicida em Crianças e Adolescentes (2019), essa faixa etária se compõe de sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento, exigindo assim, ações que possam apoiá-los nessa fase.

Em busca da prevenção, o Guia propõe a inserção do tema suicida e valorização da vida no projeto político pedagógico das escolas e sua articulação com redes de apoio, profissionais e Instituições de Ensino Superior para desenvolver projetos e ações que promovam espaços de diálogo, programas educativos e lúdicos sobre saúde mental e suicídio, além de contar com a atuação direta e imediata do SUS e profissionais nos casos de risco.

De acordo com o Guia são sinais de alerta quanto ao comportamento suicida de adolescentes e jovens, falta de esperança, intenção suicida ou ideias de morte, diminuição ou ausência de cuidado pessoal e higiene, mudanças intensas na alimentação e hábitos de sono, uso abusivo de drogas e álcool, alterações expressivas de humor e níveis de atividade, isolamento dos amigos e familiares, queda no rendimento escolar e autoagressão.

A literatura e os dados sobre o suicídio ressaltam essa vulnerabilidade e ao mesmo tempo a fragilidade de políticas públicas que possam prevenir o fenômeno nesse grupo etário. Pesquisa recente, publicada pelo jornal EL PAIS em junho de 2020, mostra a precarização do sistema de saúde brasileiro para atender essa demanda que tem crescido exponencialmente no país. A matéria traz reflexões essenciais sobre essa problemática em âmbito nacional, apresentando informações sobre suicídios envolvendo adolescentes e jovens na cidade de Altamira no Pará, considerada hoje o município com maior número de casos de autoextermínio no país. Segundo consta na matéria:

Os pedidos de ajuda, porém, esbarram nos muros de uma rede de saúde mental precária e totalmente insuficiente para atender a uma demanda que só cresce. A maioria dos jovens que se suicidaram em Altamira já tinha apresentado sintomas de depressão e outros sofrimentos psíquicos, e alguns já se mutilavam e/ou tinham tentado suicídio antes. Profissionais do posto de saúde de um dos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) contaram que chegam a atender a 30 casos de automutilação por dia. (El Pais, 2020, n.p)

Em pesquisa recente estudiosos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constataram que, entre 2006 e 2015, a taxa de suicídio de adolescentes e jovens que vivem nos grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre, teve um aumento de 24%, mostrando que os indicadores socioeconômicos, especialmente o desemprego e a desigualdade social, estão associados à expansão dos casos de suicídios.

Nessa mesma direção, a matéria do Jornal El Pais intitulada: *“A cidade que mata o futuro: em 2020, Altamira enfrenta um aumento avassalador de suicídios de adolescentes”*, traz dados desoladores sobre os impactos das desigualdades sociais na de vida dos moradores da cidade. A tragédia de Altamira é fruto da desestruturação causada pela construção da usina de Belo Monte no rio Xingu que gerou transformações na cidade e no cotidiano de vida e de trabalho da população.

Cerca de 40.000 pessoas foram expulsas de suas casas na beira do rio, nas ilhas do Xingu e no centro da cidade para abrir espaço para a usina que é chamada pelos moradores de “Belo Monstro”. Parte dessa população de “removidos” foi jogada nos RUCs construídos nas periferias de Altamira. Esse processo causou a dissolução dos laços comunitários e de vizinhança, fundamentais para dar suporte na vida cotidiana, e destruiu a sensação

de pertencimento. Também provocou insegurança alimentar em famílias que viviam de fazer bicos perto do centro e também de pescadores que já não podem mais pescar, devido tanto à distância quanto à redução da qualidade e do número de peixes e espécies após a barragem do rio. Há indícios de que o uso de álcool e de drogas, assim como de casos de abuso sexual, aumentaram nesse processo. (El País, 2020, n.p)

É flagrante o processo de sucateamento da saúde pública no Brasil, especialmente a fragilidade na área da saúde mental, visto que o Sistema Único de Saúde tem sido alvo de ataques dos governos desde os anos de 1990 para beneficiar os planos de saúde e a privatização da assistência. Contudo, para barrar o aumento de suicídios da juventude o Estado deverá retomar os investimentos nessa área e fortalecer outras redes de apoio como o setor de cultura, esportes e educação. Neste âmbito, a escola ocupa um lugar de destaque, podendo ampliar o campo do conhecimento e da reflexão, atuando também no desenvolvimento de competências relacionais e emocionais.

Dessa forma, o ambiente escolar pode contribuir na prevenção do suicídio, pois é nesse ambiente que muitos sinais emocionais e comportamentais são apresentados. Para tanto, é necessário que sejam implantados programas de prevenção do suicídio, voltados aos alunos, aos familiares e aos próprios educadores, pois não existe formação voltada aos docentes sobre o tema o que corrobora para a manutenção de tabus, preconceitos prejudicando a efetividade da intervenção educativa.

Os atores da escola têm como foco analisar o papel ativo dos sujeitos na estruturação dos espaços, tempos e atividades escolares, visando uma boa relação com a instituição escolar com sociedade. Possuem a capacidade de produzir e transformar, e não somente de se adaptar e reproduzir. Este profissional deve estar capacitado não apenas para ministrar aulas, mas sim, contribuir na construção do ser social dos alunos. (Silva e Ferreira, 2014, p.14)

No ano de 2019 foi instituída a Lei nº13810 para garantir ações de prevenção de automutilação e suicídio nas Instituições de Ensino. A Lei exige que as escolas notifiquem de forma compulsória os casos de suspeita ou confirmação de violência autoprovocada. A violência autoprovocada abarca segundo essa legislação, o suicídio consumado, a tentativa de suicídio e automutilação com ou sem ideação suicida.

Consta na respectiva legislação a garantia de alguns direitos, como o atendimento e o acompanhamento aos indivíduos que sofrem de violência autoprovocada, bem como a necessidade de promover treinamentos permanentes para profissionais de saúde sobre suicídio.

Nesta direção, a Lei evidencia que o primeiro passo para a discussão do tema deve contemplar o espaço escolar pelo público-alvo atendido e a obrigatoriedade de notificação de casos ao Conselho Tutelar.

Entretanto, a legislação além de não abranger o treinamento de profissionais da educação, nem outras medidas de prevenção ao suicídio a serem realizadas pelas Instituições de Ensino, não considera a precarização da saúde pública, em especial as debilidades da saúde mental.

Os autores Silva e Ferreira (2014) afirmam que a escola é um espaço complexo de construção da vida social, da cidadania, de inclusão e de direitos. Contudo, por ser a escola, um espaço de interação e de diversidade, ocorrem problemas relacionais entre alunos, professores e demais agentes atuantes, como preconceito, discriminação, intolerância, violência e bullying.

Nas reflexões dos autores para enfrentar esses problemas a escola precisa do suporte do Estado, da família e de profissionais capacitados para lidar com as diferentes demandas institucionais, além de provocar uma mudança positiva no comportamento do estudante que se expresse fora dos muros escolares. Para isso, exige-se uma equipe multidisciplinar formada por educadores, psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras para intervir junto às expressões da questão social com o objetivo de trabalhar de forma pre-

ventiva o suicídio e outras demandas que atravessam o cotidiano escolar.

Frente ao exposto, considerando a importância de se ter um panorama dos estudos sobre suicídio e escola realizou-se um levantamento de dados para explicitá-lo.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) quanto ao ano de publicação, em 2015, 2016 e 2017 houve constância na frequência das publicações, totalizando nove trabalhos publicados por ano. Em 2018 houve expressivo aumento nas publicações, chegando a um total de 16 trabalhos. No ano de 2019 houve um decréscimo significativo, totalizando seis trabalhos. Do total de 49 trabalhos, 36 eram dissertações e 13 teses. Quanto à instituição de origem dos trabalhos, destaca-se a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), com 10 trabalhos publicados. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também se destaca, com cinco publicações, seguida da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com quatro publicações. A área do conhecimento que mais publica sobre o tema é a Enfermagem (13), seguida pela Psicologia (10) e Saúde Pública (4).

A análise dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES indica um interesse crescente da comunidade científica em pesquisar a correlação dos temas suicídio e escola, havendo 39 artigos publicados em 2015, 38 em 2016 e 49 em 2017. Nota-se em 2017 um ápice de publicações (49), seguido por um significativo decréscimo em 2018 (34) e 2019 (19), o que leva à hipótese de diminuição do interesse de pesquisadores em investigar o tema. Quanto ao idioma, a maioria dos artigos é publicada com título em português e inglês (77), em seguida tem-se o título apenas em inglês (38), e apenas em português (32). Com título em português, inglês e espanhol estavam catalogados 20 artigos; com título apenas em espanhol, nove artigos e com título em francês, um artigo. As revistas que mais publicam sobre o tema são: *Ciência e Saúde Coletiva* (53 artigos); *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* (9); *Direito e Práxis* (9); *Aletheia* (4); *Revista Brasileira de Promoção da Saúde* (4); *Acta Scientiarum. Language and Culture* (4); ainda sete revistas publicaram três artigos cada sobre o tema e 13 revistas publicaram dois artigos cada sobre o tema. Foram encontradas 47 revistas que publicaram apenas um artigo sobre o tema.

Na base de dados SciELO foram encontrados quatro artigos publicados no ano de 2015, quatro artigos em 2017 e dois artigos em 2018. Nota-se lacunas nos anos de 2016 e 2019. Quanto ao idioma do título, há prevalência do inglês (4 artigos), seguida de português (3) e espanhol (3). *Cadernos de Saúde Pública* é a revista que mais publica sobre o tema (3 artigos), seguida pela *Revista da Escola de Enfermagem da USP* (2). Cinco outras revistas publicaram um artigo cada.

A análise qualitativa das publicações na BDTD revelou que nenhum trabalho abordava o tema do suicídio no sentido de trazê-lo para a discussão pública no ambiente escolar. Aplicados os critérios de exclusão da revisão, apenas duas teses e três dissertações foram selecionadas para análise. Embora nenhuma delas tenha como tema central a penetração do tema suicídio nas instituições de ensino, vale comentar alguns trabalhos que evidenciam a relevância do debate sobre o tema nos diversos segmentos da sociedade, dentre eles, as escolas e universidades.

A tese de Scavacini (2018) tem por objetivo “[...] compreender como o tabu, o estigma, a comunicação sobre o suicídio e a conscientização podem colaborar ou prejudicar a prevenção e a posvenção” (Scavacini, 2028, p. 9). O método utilizado foi a pesquisa qualitativa e exploratória, à luz da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), que sustenta duas premissas: “a) [...] a sociedade é uma realidade objetiva que é percebida e criada subjetivamente, podendo gerar várias “verdades” existindo lado a lado” b) A habilidade de generalizar se baseia no processo de socialização (Scavacini, 2018, p. 60). Na discussão dos resultados, a autora considera a escola como uma das esferas onde se estabelece o tabu, ressaltando a importância das campanhas de prevenção, palestras e programas de treinamento para os cuidadores identificados

(*gatekeepers*⁴), que seriam os próprios estudantes, funcionários e educadores. Reconhece que as escolas e universidades têm nos últimos anos apresentado maior abertura para comunicações sobre a prevenção do suicídio e valorização da vida. A autora conclui seu trabalho propondo a discussão pública do tema como forma de prevenção e superação de tabus e salientando a importância da comunicação responsável sobre o tema pela sociedade em geral.

Pode-se considerar que a proposição de Scavacini (2018) aponta para uma sociedade cujas comunicações sobre temas sensíveis, a exemplo do suicídio, ocorram de maneira mais franca e acolhedora, considerando o tema não como questão biológica e pessoal do indivíduo, mas como resultante dos arranjos econômicos e sociais produzidos pelo sistema capitalista. Não se pode deixar de relacionar o debate sobre o suicídio como ação que, em última instância, busca revelar os emaranhados de ordem econômica e social que, de acordo com Marx (2006) resultam em uma sociedade doente, que retroalimenta as mazelas da população.

Hwang (2018) em sua dissertação procura compreender como a mídia aborda o suicídio, discutindo seu papel como influenciadora de atitudes e possível deflagradora de contágio. A pesquisa, de abordagem qualitativa e que utiliza o método fenomenológico de Moustakas (Hwang, 2018), reforça a importância da reflexão sobre os possíveis modos de comunicação do tema suicídio, porém não está em seu escopo a investigação sobre a penetração do tema nas instituições de ensino. Seu esforço em direção ao debate público mantém o enfoque sobre as mídias, considerando-as como meio capaz de fomentar a sensibilização pública para o tema do suicídio e colaborar com a prevenção, evitando o efeito do contágio.

A tese de Lavall (2019) teve por objetivo analisar as experiências vivenciadas por familiares de pessoas que cometeram suicídio. A autora realizou uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando a metodologia da narrativa biográfica, orientada pela sociologia fenomenológica de Alfred Schütz. Embora não haja nenhuma menção ao debate sobre o tema nas instituições de ensino, consideramos oportuno incluir o trabalho nesta análise, uma vez que, dando voz aos familiares, procura quebrar o silêncio em torno do tema, encetando o debate sobre as vivências de familiares sobreviventes ao suicídio.

A pesquisa de Melo (2015, p. 9) teve por objetivo “[...] analisar a associação entre exposição à violência e presença de transtorno mental na população com 18 anos ou mais do bairro Benedito Mendes, Maceió/Alagoas”. A autora realizou estudo epidemiológico com 872 pessoas e traz como resultado a importância de discutir a inter-relação entre violência e o campo da saúde mental, compreendendo que a exposição à violência aumenta chances de manifestação de transtornos e risco de suicídio. Embora o trabalho não faça alusão direta à discussão do tema nas instituições de ensino, foi selecionado para análise, pois reitera a premissa de que o problema do suicídio começa muito antes de suas manifestações no indivíduo. Certamente a violência estudada pela autora e identificada como possível deflagradora de transtornos e riscos de suicídio, tem também suas origens em questões muito mais remotas que suas manifestações na vida cotidiana.

A dissertação de Santos (2017), que tem abordagem qualitativa e método de análise dos discursos sob a perspectiva foucaultiana, tem por objetivo compreender a representação de alunos do 3º ano do Ensino Médio sobre a diversidade sexual e os direitos dos alunos homossexuais. Como resultados, a autora sinaliza a urgência de se discutir a diversidade sexual no ambiente escolar, reconhecendo que o suicídio pode advir, dentre outros fatores, do sofrimento produzido pela intolerância e exclusão. Contudo, o enfoque da discussão é a diversidade sexual, sendo o suicídio apenas mencionado como uma das possíveis consequências da intolerância. Mais uma vez, tem-se como perspectiva de compreensão do fenômeno do suicídio questões relacionadas às dinâmicas sociais que resultam em aceitação ou exclusão de indivíduos, dinâmicas essas

4 “Pessoas-chave” – são pessoas que têm acesso a um número significativo de indivíduos em seu círculo social e de trabalho. Consideradas como influenciadores, os *gatekeepers* podem ser treinados para identificar pessoas em risco, seguindo protocolos de segurança e encaminhando-as para serviços especializados (Scavacini, 2018).

também perpassadas pela organização econômica de uma sociedade. Os resultados da pesquisa corroboram com a tese de Durkheim (2008) sobre questão da coesão e justiça social como elementos que atravessam o fenômeno do suicídio.

Gonçalves (2018) desenvolve um estudo sobre a promoção da saúde na escola, discutindo temas como bullying, saúde mental, depressão e suicídio. A pesquisa realizada teve abordagem qualitativa, seguindo a Teoria Histórico-Cultural de Lev Vigotski. Embora o enfoque do estudo não recaia diretamente sobre a discussão do tema suicídio, a autora ressalta que a escola deve ser palco de discussão sobre saúde e saúde mental, concluindo que o debate sobre o tema pode produzir transformações no cotidiano e uma vivência mais saudável e comunitária. Tem-se que, de fato, o silenciamento sobre o tema amplia a distância entre a experiência de sofrimento do jovem estudante e as possibilidades de ação dos atores envolvidos nas instituições de ensino, assim como dificulta a implementação de políticas públicas de combate ao suicídio, especialmente as voltadas para as camadas jovens da população.

Para a análise qualitativa dos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES foram selecionados apenas dois artigos. No artigo intitulado “Atitudes relacionadas ao suicídio entre graduandos de enfermagem e fatores associados”, Moraes et al. (2016) investigam as atitudes relacionadas ao suicídio entre graduandos de enfermagem. Nas conclusões, os autores indicam a necessidade de intervenções educativas sobre o suicídio. Embora não haja menção direta ao debate sobre o tema nas instituições de ensino, podemos supor que essa seria uma possível intervenção educativa, tal como indicada no trabalho. No artigo “Depressão em adolescentes em meio escolar: Projeto + Contigo”, Erse et al. (2016) têm por objetivo avaliar a presença e severidade de sintomas depressivos numa população não clínica de adolescentes. Os autores concluem que é essencial a implementação de programas de prevenção ao suicídio no meio escolar.

Para a análise qualitativa das publicações na SciELO foi selecionado apenas um artigo: “Prevalência de pensamentos e comportamentos suicidas e associação com a insatisfação corporal em adolescentes” (Claumann, et al., 2018). Os participantes da pesquisa foram adolescentes em idade escolar, entre 14 e 19 anos. Como conclusão, os autores ressaltam que “[...] a escola pode ser um agente de discussão sobre a temática, auxiliando na prevenção da insatisfação corporal e desfechos suicidas” (Claumann, et al., 2018, p. 3).

Nota-se nos trabalhos analisados que, embora o suicídio seja reconhecido como um fenômeno de causas múltiplas, a ênfase das pesquisas tem recaído sobre questões pessoais dos indivíduos com ideação suicida, tentativas de suicídio e suicídio consumado. A sociedade e a escola, de maneira geral, são apresentadas como palco do comportamento suicida e não como participantes de sua produção. Sendo assim, vale refletir sobre o suicídio como não apenas um problema individual/psicológico da pessoa suicida, mas como produto social das circunstâncias e configurações das sociedades o longo da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento da presente pesquisa pretendeu-se investigar o suicídio como produto social, ultrapassando análises reducionistas e subjetivistas vinculadas a questões meramente individuais e fisiológicas. Como recorte investigativo abordou-se o suicídio no grupo etário de adolescentes e jovens elucidando a importância da escola enquanto espaço protetivo do autoextermínio.

Evidenciou-se, com base na literatura consultada, que o meio social tem grande influência na ocorrência do fenômeno. Em linhas gerais os estudos apontam os problemas sociais como um fator de risco ao suicídio.

Frente ao exposto, fica evidente que uma sociedade produtivista, imediatista, sem políticas públicas e sem uma rede de cuidados contribui com o adoecimento mental e a desesperança de adolescentes e jovens.

Assim, faz-se necessário ampliar a visão sobre o tema para entender os fatores de risco e de prevenção do suicídio, visto se tratar de um fenômeno multicausal.

Através da pesquisa bibliográfica e documental com emprego da revisão integrativa, observou-se a ampliação dos estudos na área, indicando interesse da comunidade científica em pesquisar a correlação dos temas suicídio e escola. Entretanto, diante dos dados alarmantes do suicídio no Brasil e no mundo, sua gravidade no que tange a saúde pública, sendo um fenômeno crescente e que ameaça a vida, conclui-se que é necessário avançar nos estudos dessa área, promover reflexões e diagnósticos sobre a temática.

Em relação às políticas sociais, nota-se que não temos serviços efetivos de prevenção e de enfrentamento ao suicídio, nem tampouco de posvenção. É necessário avançar em ações consistentes para promover a informação, a conscientização da população e o atendimento no campo da saúde mental, além de formar profissionais de saúde, da educação e da assistência social para atuarem com essa demanda.

Por fim, a triste realidade de milhões de adolescentes e jovens no Brasil expressa concretamente no cotidiano escolar, mediante suas fragilidades, dores, angústias e problemas de todas as ordens, requer urgentemente a construção de respostas, alternativas e caminhos para o suicídio. Dentre eles, indica-se a presença de uma equipe multidisciplinar no ambiente escolar com profissionais qualificados e ações efetivas que vão desde a construção de redes de serviços e de apoios envolvendo o Estado, a sociedade civil, Universidades, ONGs e outras Instituições para o enfrentamento desse grave problema de saúde pública com vistas à promoção a vida.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Suicídio: informando para prevenir. Brasília: CFM/ABP, 2014. Recuperado de https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/suicidio_informado_para_prevenir_abp_2014.pdf.
- Almeida Filho, N.; Paim, J. S. Saúde coletiva como campo de saberes e de práticas: abordagens e perspectivas. In: Paim, J. S.; Almeida-Filho, N. (Org.). Saúde coletiva: teoria e prática. 1. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2014
- Bertolote, José Manoel. O suicídio e sua prevenção. São Paulo: Unesp, 2012.
- Brasil, Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- Brasil, Ministério da Saúde. Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, 2011 a 2018. Secretaria de Vigilância em Saúde, 2019. Recuperado de <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/setembro/13/BE-suic--dio-24-final.pdf>.
- Brasil, Política Nacional de Prevenção de Automutilação e Suicídio. Lei nº13810, de 26 de abril de 2019.
- Claumann, Gaia Salvador; Pinto, André de Araújo; Silva, Diego Augusto Santos; Pelegrini, Andreia. Prevalência de pensamentos e comportamentos suicidas e associação com a insatisfação corporal em adolescentes. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, vol.67 (1), pp. 3-9, mar. 2018.
- CFM. Comportamento suicida: Conhecer para Prevenir. Associação Brasileira de Psiquiatria, Conselho Federal de Medicina, 2009.
- Durkheim, Emile. O Suicídio: estudo de sociologia. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Edipro, 2014.
- Erse, Maria Pedro Queiroz de Azevedo; Simões, Rosa Maria Pereira; Façanha, Jorge Daniel Neto; Marques, Lúcia Amélia Fernandes Alves; Loureiro, Cândida Rosalinda Exposto Costa; Matos, Maria Ermelinda Teixeira Sampaio; Santos, José Carlos Pereira. Depressão em adolescentes em meio escolar: Projeto + Contigo. *Revista de Enfermagem Referência*, vol. IV (9), pp.37-45, maio, 2016. Recuperado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIVn9/serIVn9a05.pdf>.

- Gonçalves, Lívia Melo. Sentidos Atribuídos por Crianças e Adolescentes às Atividades de Promoção da Saúde na Escola. Dissertação. Universidade de São Paulo, 2018.
- Hwang, Esther. Suicídio por Contágio e a Comunicação Midiática. Dissertação. Universidade de São Paulo, 2018.
- Lavall, Eliane. Experiências Vivenciadas por Familiares de Pessoas que Cometeram Suicídio: abordagem de narrativas biográficas. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- Martín-Baró, I. Para uma psicologia da Libertação. In: GUZZO, R. S. L.; Lacerda JR, F. (orgs.). Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da Libertação. Campinas: Alínea Editora, 2009.
- Marx, Karl. Sobre o suicídio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- Melo, Givanya Bezerra de. Estudo Epidemiológico sobre Associação entre Exposição à Violência em Diferentes Fases da Vida e a Presença de Transtornos Mentais em Adultos. Dissertação. Universidade Federal de Alagoas, 2015.
- Moraes, Sabrina Marques; Magrini, Daniel Fernando; Zanetti, Ana Carolina Guidorizzi; SANTOS, Manoel Antônio Dos; VEDANA, Kelly GrazianiGiacchero. Atitudes relacionadas ao suicídio entre graduandos de enfermagem e fatores associados. Acta Paulista de Enfermagem, vol.29 (6), pp.643-649, dez. 2016. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ape/v29n6/1982-0194-ape-29-06-0643.pdf>.
- Moreira, Lenice Carrilho de Oliveira; BASTOS, Paulo Roberto Haidamos de Oliveira. Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo. Volume 19, n. 3, p. 445-453., Setembro/Dezembro de 2015.
- Netto, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). Prevención del Suicidio: um imperativo global. Washington, DC: OPS, 2014. Recuperado de https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/136083/9789275318508_spa.pdf;jsessionid=031A2287D747EF5E57E-0E1B7BBE992F3?sequence=1.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). Prevenção do Suicídio: um recurso para conselheiros. Genebra, Suíça, 2006. Recuperado de https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf.
- Rio Grande do Sul. Guia Intersetorial de Prevenção do comportamento suicida em crianças e adolescentes. Comitê Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do suicídio do Estado do Rio Grande do Sul / Comissão da Criança e do/a Adolescente, 2019.
- Paim, Jairnilson Silva. Desafios para a saúde coletiva no século XX. Salvador: EDUFBA, 2006.
- Santos, Agilcelia Carvalho dos. A Sexualidade na Escola: a voz do silêncio. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- São Paulo. Lei nº17.237 de 14 de novembro de 2019.
- Scavacini, Karen. O Suicídio é Um Problema de Todos: a consciência, a competência e o diálogo na prevenção e posvenção do suicídio. Tese. Universidade de São Paulo, 2018.
- Silva, Luis Gustavo Moreira da; Ferreira, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. Periódico Científico Projeção e Docência, v.5, n.2, p.6-22, dezembro 2014.
- Simões, Fabíola. A incrível geração de fotos sorridentes e travesseiros encharcados. Recuperado de <https://osegredo.com.br/a-incrivel-geracao-de-fotos-sorridentes-e-travesseiros-encharcados/>.
- Souza, Marcela Tavares de, SILVA, Michelle Dias da, Carvalho, Rachel de. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. Einstein, vol.8 no.1, São Paulo, Jan/Mar. 2010.
- Souza Marcela Tavares de, Silva Michelly Dias da, Carvalho Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Eistein [Internet]. [2010 cited 2011 Sept 9];8(1pt1):102-6). Recuperado de http://astresmetodologias.com/material/O_que_e_RIL.pdf